

APONTAMENTOS PARA UMA GEOGRAFIA LIBERTÁRIA: HORIZONTE PARA UMA EPISTEMOLOGIA DO DESEJO

2

Ulysses da Cunha Baggio¹

RESUMO: O artigo busca realizar uma reflexão acerca dos fundamentos que embasam as dinâmicas de conformação espacial sob o capitalismo, sobretudo na contemporaneidade, quando os processos de diferenciação espacial e regionalização se potencializam. Isto nos levou a discutir a revalorização da lei do desenvolvimento desigual e sua importância na análise regional do mundo atual, que recobre implicações na dinâmica social. Diante desse cenário, valorizou-se um novo segmento que vem ganhando força dentro da geogra-

fia, que se debruça mais criticamente sobre as contradições e os impactos nos territórios e as sociedades dos vetores da globalização desigual e seletiva, impactando e reduzindo o homem e a existência. Trata-se, mais especificamente, do que pode ser qualificado como uma geografia libertária, que, aferindo criticamente esta condição, valoriza, no plano das possibilidades do homem e das sociedades, as práticas de caráter autogestionário e a democracia direta, que vislumbra uma nova e mais desejável condição socioespacial.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento desigual. Geografia libertária. Epistemologia do desejo.

I. INTRODUÇÃO

Estando a Geografia devotada fundamentalmente ao estudo das relações entre a *sociedade* na sua diversidade e a *natureza* — progressivamente transformada em natureza humanizada e socializada pelas intervenções antrópicas, ou ainda, pelo trabalho socialmente realizado — vislumbra-se a efetiva unicidade da Geografia, isto é, a inseparabilidade homem/natureza, relação esta que expõe uma condição humana constrangida e reduzida pela degradação do trabalho sob os fundamentos e a lógica de uma economia de exploração, mas que também revela virtualidades

¹Professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Viçosa; Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

de caráter reativo a uma possível superação dessa mesma condição. De onde se segue uma compreensão da Geografia pela qual a sociedade é o ponto de partida no processo de análise, o que nos leva a postular uma concepção da Geografia como uma ciência essencialmente humana, cujo objeto é o espaço social contraditório, e seu objetivo a sociedade na sua diversidade. Isto não significa a negligência ou mesmo o desprezo para com a natureza, antes ao contrário! Neste sentido, valho-me da advertência de José William Vesentini (1996, p.222) quando nos diz que

[...] ainda devemos (e muito!) estudar a natureza em si, os ecossistemas, as interdependências entre o clima e o relevo, o clima e o solo, o solo e a vegetação etc. Ou seja, existe sem dúvida uma dinâmica da natureza que é independente do social (embora possa ser influenciada por ele), e que deve ser compreendida, pois faz parte do espaço geográfico e mesmo de alguns grandes problemas da nossa época. Assim, natureza e a sociedade se interligam, possuem influências recíprocas, e a sociedade moderna cada vez mais modifica a natureza original, embora sem nunca eliminá-la (o que seria um absurdo e provavelmente o fim da humanidade).

Esclareça-se, desde já, que a natureza não é aqui compreendida ou identificada na sua acepção estrita como tão somente um recurso, como pressupunha a Ciência Moderna, concepção reduzida e redutora da natureza, a qual sancionou ao capitalismo a sua apropriação e exploração generalizada (CAPRA, 1995). Não se trata igualmente de uma leitura de natureza na condição de campo de possibilidades às intervenções humanas, como defendia a escola possibilista de inspiração lablachiana. Sustenta-se aqui uma concepção de natureza que, ao mesmo tempo em que comporta o sentido do trabalho alienado, se revela também como condição e limite à realização da vida em patamares espaço-existenciais mais dignos.

À medida que a Geografia se debruça sobre a teia das relações homem/homem e homem/natureza, estando estas relações situadas e produzidas no universo social e que guardam relações de sentido com as conformações culturais, políticas, econômicas, sociais e fisiográficas, admite-se a pertinência e mesmo a necessidade de se contextualizar esse sistema de relações no âmbito do processo civilizatório e das formações socioespaciais. Tais relações inscrevem-se fundamentalmente no sistema econômico-social capitalista, tornado mundializado e hegemônico, levando-nos à identificação das influências e dos condicionamentos do movimento contraditório e desigual do capitalismo nos sistemas de relações que estão em sua base e que respondem por suas diferenciadas expressões socioespaciais. O que vale dizer que as sociedades constituídas na esteira da sua dinâmica evolutiva são múltiplas e diversificadas, segmentadas e divididas, envolvendo interesses e visões de mundo distintos e conflitantes.

Considerando-se que as relações pressupõem na sua realização uma base espacial, dotada de formas culturais e naturais que possibilitam sua objetivação, depreende-se que a dinâmica relacional homem/natureza engendra, indubitavelmen-

te, uma conformação espacial que as revelam nas suas especificidades, ou ainda, nas suas qualidades e quantidades. Neste sentido, a configuração relacional espacializada evidencia-se não apenas como um produto da sociedade, mas também como o seu reflexo e condição. Por essa via concebe-se o espaço não como um construto fetichizado, como coisa ou um mero arranjo de materialidades, mas essencialmente como uma realidade relacional contraditória, dinâmica e diferencial, que encerra a riqueza e a pobreza, o moderno e o arcaico, a coesão e a fragmentação, a ternura e a crueldade. Dito de outra forma:

O espaço deve ser considerado um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social. (SANTOS, 1988, p.26-27).

A relação homem/natureza envolve mediações essenciais, dentre as quais se pode destacar a do trabalho, pela qual, historicamente, o homem viabiliza a produção e reprodução da sua existência, ou ainda da sua reprodução social. Isto vale dizer que o homem conduz a sua existência e reprodução como um processo permanente e diversificado de humanização da natureza, ou seja, de produção do espaço. Trata-se, portanto, de uma dinâmica de apropriação histórica da natureza e de sua transformação em espaço social (e socializado) pela ação das diferentes sociedades e culturas, movimento através do qual o espaço incorpora valor. Realizando-se econômica, política e simbolicamente, a valorização do espaço encerra uma universalidade, haja vista que em qualquer época e lugar a sociedade, no transcurso de sua existência, opera a valorização do espaço. (MORAES; COSTA, 1987). Em outras palavras, é a realização do tempo no e pelo espaço.

2. DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

Há que se considerar na análise que a lógica espacial do capitalismo, desde o seu início, objetiva-se territorialmente de forma seletiva e pluralística, entabulando diferenciações entre os (e nos) muitos lugares que pontuam os espaços do mundo, lógica esta que nos remete à *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, proposto por Trotsky. Esta, por sua vez, encerra uma das leis da dialética, isto é, a da interpenetração dos contrários. A ideia de contradição aí sugerida não é, entretanto, algo circunstancial ou eventual, mas sim uma característica imanente à natureza social, portanto, do próprio espaço, contradição que opera sua própria transformação, operando como o seu elemento motor. A lei do desenvolvimento desigual expõe, assim, uma explícita dimensão espacial, que se consubstancia no processo de diferenciação

de áreas e, desse modo, no próprio processo de regionalização. E sob o modo de produção capitalista, tal processo adquire dinamismos sem precedentes na história, conduzindo à simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, com um efetivo retalhamento ampliado do espaço. Sua extensão sugere a universalização da sua valorização, cujos ingredientes demarcadores e significados plasmam-se no imaginário social, estabelecendo a sua efetiva espacialização na contemporaneidade.

A lógica contraditória do desenvolvimento do modo de produção capitalista atua de modo a se projetar espacialmente pela construção/destruição de formações territoriais em diferentes partes do mundo, levando também frações de uma mesma formação territorial a conhecer processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, podendo daí resultar a conformação de regiões. (OLIVEIRA, 1999, p.75). Vale registrar que a ideia de modo de produção (mais especificamente o capitalista) utilizada pelo próprio Marx foi utilizada “de modo elástico e, às vezes impreciso”, não se reduzindo ou não se limitando a uma dimensão econômica tão somente, sendo empregada com conotações variadas, isto é, ora se referindo ao processo de trabalho, ora ao processo de valorização, bem como a uma dimensão antropológica, “referindo-se a um modo de fazer, mais no sentido de um procedimento cultural do que no sentido de uma referência estrutural”. (MARTINS, 2000, p.114).

Esta condição contraditória suscita ações de resistência que podem configurar fragmentações relativamente bem demarcadas sob a forma de guetos, mas também de expressões territoriais híbridas, ambas indicativas da crescente articulação entre o global e o local. Tal binômio global-local traduz-se na contemporaneidade como o campo relacional fundamental de formação da dinâmica constitutiva de desigualdades e diferenças. Ele é, concomitantemente, portador dos vetores do novo e do velho, em que o novo, não raro, se inscreve sobre as heranças socioespaciais herdadas, podendo até suprimi-las, mas também hibridizar-se com elas ou mesmo ser rechaçado, sugerindo, desse modo, resistências expressivas que podem conformar-se como permanências socioespaciais.

Diante deste cenário, a geografia tem feito esforços auspiciosos na busca de novos caminhos no horizonte complexo aberto pelas dinâmicas da globalização, contexto em que o lugar, o regional e o global se reconstituíram na esteira da recente e acelerada reestruturação do capitalismo. Esta nova condição socioespacial recoloca a pertinência da escala de análise regional, valorizando-a como instância particular de análise entre o local e o global, dimensionando-se a região em conformidade com a escala geográfica em que ela se inscreve. Não é demais dizer que desde o final da Segunda Guerra Mundial, mas, sobretudo de fins dos anos 60 aos dias atuais, o território assiste a transformações importantes na sua formação e organização. Trata-se de uma efetiva e ampla reestruturação e segmentação do espaço que se processa na esteira da transição do padrão de acumulação fordista ao paradigma de acumulação flexível (HARVEY, 1992), que ora se consolida, redefinindo sensivelmente as dinâmicas regionais, que se tornam mais velozes, mutantes e complexas.

Desse modo, tornou-se patente que as velhas formas de inteligibilidade

não se ajustam mais às novas e mais diversificadas configurações da realidade do mundo atual, não mais respondendo a elas. O que suscita um novo olhar, que seja capaz, ao mesmo tempo, de vislumbrar fatos e situações novos e proporcionar uma maior e mais profícua inteligência da realidade multidimensional destes tempos acelerados. É fundamentalmente por esta razão que o processo de homogeneização está longe de representar a obsolescência e a supressão da região, uma vez que ele também, e contraditoriamente, significa fragmentação e diferenciação regional. Assim, o debate regional se fortalece sob as condições hodiernas da globalização. E, ao contrário do que muitas vezes se afirma a velocidade dos fluxos e a simultaneidade dos acontecimentos proporcionada pelas novas tecnologias e redes comunicacionais não conduzem, necessariamente, à supressão das diferenças e particularidades inscritas historicamente no território.

Embora se atribua uma crescente importância à escala planetária na organização da economia mundial, das finanças, das redes de poder etc., paradoxalmente se constata um aumento da importância das decisões nas escalas regionais e locais, escalas, aliás, em que a dinâmica social e as contradições do capitalismo globalizado adquirem maior visibilidade.

É nesta perspectiva que se pode dizer, então, que a lógica de desenvolvimento socioespacial contraditório do capitalismo, expressão da *lei do desenvolvimento desigual* abordada por Marx e Lenine, é permanentemente corroborada por contundentes evidências empíricas da dinâmica capitalista histórica, sobretudo na contemporaneidade, quando as contradições e as desigualdades do capitalismo recrudescem. Acerca disso, Richard Sennett (2006, p.54-55) assinala que

A desigualdade tornou-se o calcanhar de aquiles da economia moderna. Ela se manifesta de muitas formas: remunerações descomunais para os altos executivos, uma defasagem cada vez maior nas corporações entre os salários mais elevados e os mais baixos, estagnação das camadas médias de renda frente às das elites. A competição ao estilo tudo ou nada gera extrema desigualdade material. Em certos tipos de empresas, essas desigualdades da riqueza têm como paralelo uma crescente desigualdade social.

Ricardo Antunes (1999, p.144-145), por sua vez, chama-nos a atenção para a difusão da pobreza e da desigualdade no Ocidente, numa clara manifestação da internalização da lógica desigual e contraditória do capital no interior dos países avançados.

A lógica desigual que configurou as relações entre países do centro e do Terceiro Mundo penetra no interior do Ocidente. A miserabilidade presente nas grandes capitais, as altíssimas taxas de emprego, a desindustrialização de inúmeros complexos produtivos são algumas expressões mais visíveis da crise aguda que marca a sociedade capitalista. [...] de espectador privilegiado da crise no Terceiro Mundo

e posteriormente no Leste Europeu, o centro torna-se o cenário principal, vivenciando em seu interior dimensões tão explosivas e críticas quanto aquelas que antes ficavam restritas ao Sul.

Compreende-se, portanto, por que o conceito de desenvolvimento desigual adquire pertinência e valorização crescentes sob as condições atuais da globalização. Henri Lefebvre (1969, p.211) também reconhece que esta dinâmica desigual tenha se tornado uma lei, porém compreendendo-a como [...] “a lei das dificuldades do capitalismo, da sua crise. Quem diz ‘desigual’, com efeito, diz ‘brusco’, convulsivo, zigzagueante, aos sacões.”

O desenvolvimento desigual inscreve-se, portanto, no cerne da globalização, inscrevendo-se em sua lógica de realização e difusão socioespacial, globalização esta que, em essência, é portadora de uma forma avançada de imperialismo, da supremacia dos grandes capitais, das grandes corporações transnacionais, com seus interesses escudados e patrocinados pelo Estado, seu principal vetor de expansão e desenvolvimento. Neste sentido, o desenvolvimento desigual, sob os imperativos do grande capital e do Estado, consolida o aprofundamento da concentração e da centralização do poder econômico, impulsionando o desajuste entre o econômico e o social, no qual o segundo se mostra em atraso em relação ao primeiro. Esta condição se conforma como o reino da racionalidade do lucro e da difusão de uma concepção contábil da vida, a modular, em grande medida, a vida cotidiana, marcada por ações e gestos repetidos, submersos numa ambiência de rotina sobre a qual as pessoas não têm controle.

Diante dessa condição socioespacial redutora do homem e de sua existência, condição esta não raro assimilada acriticamente por boa parte da sociedade - por pesquisadores, técnicos e toda sorte de “homem objetivo”² -, impõe-se no horizonte dos propósitos éticos e da responsabilidade social da Geografia, a aferição crítica das dinâmicas relacionais e das suas implicações socioespaciais mais profundas sob esta condição, uma crítica radical, de modo a identificar a natureza e o sentido das mesmas ao plano da vida, vislumbrando e pretendendo, sob a lógica do possível, condições mais dignas à existência humana, até porque é nessa mesma condição em que são engendradas, ao plano de contradições não resolvidas, as possibilidades de outras vias e mesmo de sua superação. Isto implica o reconhecimento de que

[...] as relações sociais não são uniformes nem têm a mesma idade.

² Assim o entende Nietzsche: “[...] o homem objetivo é um instrumento, um precioso, facilmente vulnerável e embaçável instrumento de medição e jogo de espelhos, que devemos poupar e respeitar, mas ele não é uma meta, não é uma conclusão e elevação, um homem complementar em que se justifique a existência restante, um término – e menos ainda um começo, fecundação e causa primeira, nada de sólido, poderoso, firme em si mesmo, que aspire a dominar: antes um delicado, inflado, fino e flexível recipiente de formas, que deve esperar por uma substância e conteúdo qualquer, para então se ‘configurar’ de acordo – geralmente um homem sem conteúdo e substância, um homem ‘sem si’.” In: NIETZSCHE, 2005, p.99.

Na realidade, coexistem relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro. Nem todas as relações sociais têm a mesma origem. Todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas. (MARTINS, 2000, p. 113).

Há que se levar em conta as condições ampliadas de degradação da vida social e da economia sob os imperativos de uma mercantilização expandida e de sua acolitada financeirização, que instauram o absolutismo do dinheiro e desencadeiam uma dinâmica perversa de empobrecimento, conduzindo a vida a um estado progressivo de sobrevivência mercantilizada, que envolve toda sorte de engodo e de mistificação que esta condição reiteradamente evidencia. A ideia de pobreza aqui empregada não é no sentido limitado de restrição material, mas mais propriamente no sentido de “[...] pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível” (MARTINS, 2000, p. 118).

Acresce que as sociedades atravessam no contexto atual uma situação de grande instabilidade e turbulência sistêmicas, tornando-se desse modo bastante vulneráveis a acontecimentos e processos de mudança, envolvendo grande imprevisibilidade quanto às suas reais consequências. A temporalidade e os ritmos dos acontecimentos se dão cada vez mais de modo assíncrono, podendo-se, por exemplo, identificar desajustes e incompatibilidades entre estes e a temporalidade estatal nacional. (SANTOS, B., 1999, p.42-43).

3. PARA ALÉM DA LÓGICA ESTATISTA

Ao olhar de uma geografia crítica renovada e socialmente consequente, compreender os impactos desse processo nos modos de vida, logo, de suas transformações e suas correspondentes expressões socioespaciais, apresenta-se hoje como uma necessidade premente.

Nesta perspectiva, urge avançar a análise e as ações práticas no mundo sensível para além da lógica estatista, perspectiva que vem ganhando corpo na geografia atual, o que, seguramente, representa um ganho social auspicioso, uma vez que é portadora do sentido de uma condição espaço-existencial mais digna ao homem, compreendendo a efetivação de sua liberdade e autonomia, que não se reconhece e não se rende ao reino colorido do artificialismo das necessidades e da sua manipulação, enredados no mundo fantasioso e anestésico do capital desprovido de medida e de sentido humanamente essencial e significativo.

Ademais, tal perspectiva instiga igualmente a crítica necessária ao Estado e à economia (com a qual, sabidamente, ele mantém estreitas e orgânicas relações), iluminando suas contradições, seu sentido e o universo de relação de forças sociais que os perpassa e lhes dão substância. Isto não significa, entretanto, que o Estado seja politicamente negligenciado, o que seria um enorme reducionismo da ques-

tão, haja vista o fato de o Estado representar o âmbito do conjunto social onde se entrelaçam e se consubstanciam relações políticas e econômicas, cujos resultados reverberam sobre a sociedade e os respectivos (e diversificados) espaços-tempos que ela circunscreve. Entendo que seja igualmente relevante e socialmente desejável empenhar esforços para uma efetiva democratização do Estado, e mesmo de sua repolitização, o que pressupõe níveis mais avançados e diversificados de mobilização e organização política da sociedade, percurso que pela minha compreensão envolve forçosamente a cogestão e a autogestão na arena das práticas político-territoriais. Esta condição, que demarcaria uma efetiva democracia participativa, vem sendo até certo ponto construída, como bem se pode constatar pela ampliação dos canais de participação da sociedade e dos movimentos sociais no Estado, conquanto muitos apregoem que tem ocorrido exatamente o contrário, posição esta que, diga-se de passagem, sugere uma distopia, ou mesmo um niilismo acerca da relação Estado e sociedade, bem como das conquistas sociais. Acerca disso poder-se-iam oferecer a título de exemplificação as experiências de Orçamento Participativo levadas a cabo no Brasil, ganhando maior destaque os casos de Porto Alegre (RS) e Belo Horizonte (MG). Trata-se de experiências que, entre outros aspectos positivos que encerram, sinalizam para uma possível erradicação da “privatização patrimonialista do Estado”, não havendo, neste sentido, razão alguma para que estas práticas não viessem a se estender ao “governo dos Estados ou mesmo da União” (SANTOS, B., 1999, p.69). Contudo, há que aperfeiçoar estas práticas quanto ao tratamento dos recursos que elas envolvem, isto é, para além da sua utilização, elas precisam incorporar a forma da obtenção destes recursos para fins específicos, sendo aqui de fundamental importância a adoção prática dos mecanismos da democracia participativa. (*Idem, Ibidem*).

Mas, uma via não elimina a outra, sendo essencial e mesmo imprescindível, sob as circunstâncias do capitalismo atual, o desenvolvimento de práticas independentes do aparelho estatal, ações de caráter mais propriamente autogestionário, portadoras do sentido da *democracia direta*.³ Conquanto as condições socioespaciais da contemporaneidade encerrem dificuldades e mesmo certos limites à sua realização (urbanização expandida e conformação proeminente do espaço sob o domínio do capital financeiro-rentista), ainda assim elas colocam no horizonte a possibilidade efetiva de um maior envolvimento e participação renovada das pessoas naquilo que afeta mais diretamente as suas vidas, constituindo no seu conjunto formas de atuação e operacionalização mais refratárias a dirigismos e cooptações do Estado. E uma vez que o poder político é um fenômeno histórico, os diversos grupos sociais que compõem a sociedade têm revelado e, certamente, continuarão a revelar novas e imprevisíveis formas de organização e ação, tanto nos interstícios das estruturas burocráticas como à sua margem.

³ Por democracia direta compreendo uma situação em que as demandas e os problemas sociais não apresentam como mediação única o Estado e seus representantes, mas, para além deles, outros agentes da sociedade civil, a exemplo de movimentos sociais diversos que atuam numa perspectiva mais independente e de caráter autogestionário.

Penso que essas duas vias não se apresentam como necessariamente antagônicas e excludentes, mas mutuamente complementares na consecução de um projeto social mais democrático e autônomo, o que pressupõe a assimilação do sentido da diferença, de modo a iluminar a interação e, assim, imprimir mais vida ao espaço, e não o processo inverso, isto é, a sua mortificação. Esta última condição está inequivocamente lançada na contemporaneidade, ao menos desde os anos 1970, quando se pôde perceber e compreender com maior clareza a importância crucial do espaço na reprodução e sobrevivência do capitalismo, sobretudo num contexto de crise. A brutal mercantilização do espaço, sob a anuência e o patrocínio explícitos do Estado, circunscreve os termos da mortificação aludida, que comporta, entre outros aspectos, a reificação do espaço como um efeito do fetichismo da mercadoria, transformando os processos sociais em coisas. Acerca disso, nos diz MARTINS (2000, p.118-119):

A coisificação das relações sociais promove a alienação do homem em relação à sua obra, faz com que apareça como coisa e objeto, e não como sujeito de sua própria obra, de que apareça como objeto e não como objetivo do que faz.

3. OUTRA VIA POSSÍVEL AOS HOMENS E AOS LUGARES

A produção de mercadorias, que também é a produção do próprio espaço, engendra, nesse sentido, uma “ambiência mística”, que enreda os produtos do trabalho e interdita, ao plano do intelecto, o seu reconhecimento na qualidade de produtos e formas sociais, ou ainda das relações sociais do trabalho, escamoteando e obscurecendo os fundamentos sociais desta produção, o que vale dizer do esvaziamento da dimensão social (e humana) do trabalho. Desse modo, relações que são genuinamente sociais apresentam-se no mundo da mercadoria como relações coisificadas ou objetuais. Eis a “dimensão fantasmagórica” que as relações sociais assumem sob a lógica da mercadoria. Acerca disso, Henri Lefebvre (1999, p.135-136) oferece-nos uma contribuição luminosa, quando nos diz que

[...] esse “mundo da mercadoria” tem sua lógica, sua linguagem, que o discurso teórico encontra e “compreende” (dissipando consequentemente suas ilusões). Tendo sua coerência interna, esse mundo quer espontaneamente (automaticamente) se desenvolver sem limites; e pode fazê-lo. Ele se estende ao mundo inteiro; é o mercado mundial. Tudo se vende e se compra, se avalia em dinheiro. Todas as funções e estruturas, por ele engendradas, entram nesse mundo e sustentam-no. No entanto, esse mundo não chega a se fechar. Sua coerência tem limites; suas pretensões decepcionarão aqueles que apostam na troca e no valor de troca como absoluto. Com efeito, uma mercadoria escapa ao mundo da mercadoria: o trabalho, ou antes, o *tempo de trabalho* do trabalhador (proletário). Ele vende seu *tempo*

de trabalho e continua, em princípio, livre; mesmo se crê ter vendido seu trabalho e sua pessoa, ele dispõe de direitos, de capacidades, de poderes que minam a dominação absoluta do mundo da mercadoria sobre o mundo inteiro. Por essa brecha podem entrar os “valores” repelidos, o valor de uso, as relações de livre associação etc. Não é uma brecha ocasional; é mais e melhor; a contradição se instala no coração da coesão do capitalismo. (ênfases do autor).

Tal processo de mortificação do espaço não se dá, contudo, sem resistências e insurgências, muitas delas não sendo ainda mínima e suficientemente conhecidas e compreendidas, quando não simplesmente negligenciadas. Diante disso, urge uma crítica radical (que toma o problema pela raiz) à redução da vida humana, praticamente em todas as suas dimensões, ao valor, ou seja, à economia e seus imperativos, não raro opondo-se à totalidade da vida, negando-a na sua essência, a não ser para aqueles (na atualidade, desafortunadamente a grande maioria) que lhe imputam um sentido estritamente mercantil e consumista, condição pela qual se dá a degradação do ser em ter, a redução da existência ao consumo passivo do ócio manipulado, ao consumo ubíquo do espaço-tempo social. Forma acabada da alienação, esta condição se converte num terreno fértil a toda sorte de distorções do humano e do social, logo do próprio espaço. Esta condição humana formatada pela esfera econômica nos remete a Luiz Gonzaga Belluzzo (1998, p.67) quando nos diz que

[...] é possível concluir que estamos observando a “reconstrução” de um tipo de sujeito funcionalmente adequado às exigências de operação da máquina econômica. Trata-se do renascimento do *Homo oeconomicus*, aquela invenção triunfante da filosofia radical e economia política do século 18, que postulavam o ser social reduzido às determinações da satisfação dos desejos por intermédio de uma razão viciada em adequar os meios aos fins. A economia política buscava e busca apresentar esta sua construção, o *Homo oeconomicus* como o fundamento das **leis naturais** que induzem o indivíduo à troca e, portanto, o submetem inevitavelmente à concorrência, na condição de mecanismo de conciliação dos interesses privados. Essa naturalização das instituições sociais e humanas é o mais conhecido truque intelectual dos defensores puros e duros da superioridade do mercado sobre as outras formas de integração social. [...] Há fortes indícios, no entanto, de que o homem real que habita as sociedades contemporâneas e avançadas não deseja, outra vez, submeter-se ao molde estreito do *Homo oeconomicus*, a pretendida natureza humana gerada nas retortas da Economia Política. (ênfase do autor).

Entendo que os movimentos autonomistas - que também envolvem certas práticas da Geografia e de geógrafos em busca de uma melhor condição humana no/do espaço - são portadores deste sentido, indagando criticamente as ações preten-

samente homogeneizadoras do Estado, e a lógica que as fundamenta. O que vale dizer que estas ações se voltam à criação de espaços de dominação e controle para e pelo capital, no que interessa, sobretudo, às suas frações hegemônicas.

Desse modo, o desenvolvimento e a difusão dessas práticas autonomistas delineiam não apenas novos arranjos político-espaciais, como também conferem à escala do lugar a condição de *locus* privilegiado de uma geopolítica não institucional estatal. Afiguram-se, assim, como formas localizadas de ação política coletiva que, dadas as novas possibilidades relacionais engendradas pela própria globalização, se fortalecem agora, desafiando e redimensionando o poder do Estado. À medida que permitem vislumbrar uma nova espacialidade à política, é preciso, pois, avaliar de forma sistêmica os seus vetores de transformação quanto às condições objetivas e subjetivas da vida social - submetida sensivelmente aos auspícios do capital -, práticas estas que se revelam, em boa parte, mais independentes da influência e da lógica do Estado, por enquanto o principal agente político na organização do espaço. Cumprir dar visibilidade política a estas práticas portadoras de um novo e mais desejável sentido aos lugares e às comunidades neles inscritas.

Ademais, a lógica contraditória do desenvolvimento desigual do capitalismo global insufla a reafirmação das diferenças pela ação diversificada de movimentos sociais de caráter identitário, os quais envolvem múltiplas identidades. Assim, ao mesmo passo em que a globalização capitalista fragiliza as identidades culturais locais, tornando-as difusas, engendra, por outro lado, ações reativas, ou ainda, insurgências voltadas à inserção socioespacial de coletividades bem como ao reconhecimento e à aceitação da alteridade, da diferença e, até mesmo, do direito à indiferença. No entanto, nem toda diferença é socialmente aceitável ou desejável, podendo ela representar até mesmo sérias ameaças e constrangimentos ao convívio social, como bem o demonstram, por exemplo, os movimentos de inspiração neonazista e suas práticas de intolerância e estupidez aberta, efetivas evidências de patologias sociais do processo civilizatório em curso. Portanto, nada que deponha contra o humano é aceitável, salvo na órbita estreita, deformada e viciada desses movimentos e na mente doentia dos seus membros. E há que se pensar crítica e seriamente quanto às razões do seu crescimento e difusão, inclusive no Brasil.

Diante disso emergem e se difundem pelo mundo afora diversas práticas insurgentes e afirmativas das reais necessidades humanas, ou ainda, das necessidades radicais, que não reduzem e não se deixam reduzir. Conquanto as forças do Estado e do Capitalismo mostram uma força sem paralelo na história, as contradições e as desigualdades não apenas persistem como se ampliam, entabulando no mais variados lugares e situações tensões de variados contornos, as quais, face aos novos meios comunicacionais, adquirem grande visibilidade. Seria desnecessário elencar aqui o cabedal de problemas que se acumulam ao longo da trajetória destrutiva desta economia de exploração, cuja irracionalidade é por demais evidente. Porém, ganha cada vez mais força e sentido a ideia de que tais problemas requerem, efetivamente, a adoção (ampliada) de práticas e ações descentralizadas e, principalmente, auto-geridas, vertente auspiciosa e necessária como contraponto a um futuro sombrio

que se anuncia sob as condições do capitalismo predatório.

Há evidências, a mancheias, que apontam para o desejo de constituição de uma outra via possível aos homens e aos lugares, que anunciam uma intersticial e efetiva repolitização do cotidiano, à medida que envolve uma expressiva difusão de redes comunicacionais em torno de temas tais como autogestão, autonomia, economia solidária, ajuda mútua, democracia direta, descentralização, municipalismo etc. Trata-se, em síntese, de uma vertente essencialmente libertária, que tem sua espinha dorsal nas articulações da vontade, da consciência e do desejo. Ela sinaliza para um percurso de realização que mobiliza a atenção, o interesse e a participação efetiva por parte daqueles que não se rendem ao pensamento único e que acreditam, piamente, que a humanidade e o homem estejam acima do capital e do Estado, seu acólito maior.

Nessa seara luminosa, a prevalência da cooperação em bases predominantemente autogestionárias revela-se uma condição fundamental na consecução do interesse comum, ao mesmo passo que na gestão socialmente responsável dos processos de mudança rumo a uma condição mais digna ao homem, obra coletiva orientada à criação de uma ambiência socioespacial unitária, precipuamente às cidades. Cidades estas que, em grande medida, são tratadas pelo urbanismo oficial como mercadoria, como negócio, que instaura o desprezo pelo pedestre e insufla o culto do automóvel individual, prescrevendo uma orientação que sanciona e induz à fragmentação da urbe e à proliferação de formas urbanas autistas, como bem o exemplificam a proliferação de condomínios fechados para segmentos de média e alta renda, afirmando-se a passos largos como uma tendência na urbanização brasileira. Sob condições periféricas, por força dos vácuos do distanciamento consciente do Estado nos espaços da pobreza e dos pobres, esse mesmo urbanismo também responde, em grande medida, pelo recrudescimento da formação de territórios segregados e “fechados” pelo narcotráfico, como desgraçadamente se constata em número crescente de favelas, o que seguramente representa enormes dificuldades e até interditos às políticas de desenvolvimento social para estes lugares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No seu conjunto, as práticas inscritas na vertente libertária suscitam a constituição de uma epistemologia do desejo e da existência, isto é, desejo consciente e socialmente construído para uma existência digna, norteadas por um profundo senso de liberdade e responsabilidade socioespacial, na qual a vida possa, tanto quanto seja possível, se auto-organizar e se autorreproduzir, o que vale dizer, conduzida sob condições não programadas e não dirigidas de fora, valorizando, assim, as práticas voluntárias, a solidariedade e a ajuda mútua, ingredientes próprios da vida social e não produtos de leis. Pode-se falar aqui de uma autopoiesis, ou ainda de uma condição autopoietica do conhecimento da vida. Ela envolve a inter-relação das variadas expressões e processos do conhecimento, em seu movimento associativo, ao mesmo passo em que valoriza o trabalho inventivo e a produção de novas formas de subjetividade,

ingredientes essenciais na elaboração e proposição de modalidades mais adequadas e eficientes de organização. O que vale dizer, da constituição intersticial e sistêmica de uma nova condição socioespacial e existencial, forjada de baixo para cima a partir das demandas sociais e necessidades radicais, norteadas pela autonomia, liberdade e um sólido senso de responsabilidade social e ajuda mútua.

Esta condição requer ainda um efetivo reaprendizado em relação ao uso do tempo, portanto, do espaço. Entre outros aspectos importantes a serem considerados e, quiçá, contemplados, está a utilização seletiva do automóvel, a que se vincula uma revalorização da arte de passear, do gosto pelo passeio a pé ou de bicicleta, sem o automóvel, objeto poluente de consumo generalizado, mercadoria de status social e possivelmente o maior símbolo da modernidade agonizante que precisa, necessária e urgentemente, ter o seu uso redimensionado, de modo a ser utilizado fundamentalmente para percursos que efetivamente o justifiquem, e não para todo e qualquer deslocamento, como ocorre na maioria das vezes. Há um excesso de automóveis nas ruas, que cada vez mais tomam o lugar das pessoas, contribuindo sensivelmente para o desenvolvimento de um ambiente desagradável e insano na cidade, reduzindo a vivência nos seus espaços, situação que também se aplica até mesmo às cidades de pequeno porte. Junte-se a isso a imposição de limites mais eficazes à verticalização, seguramente outro fator de constrangimento à vida nas cidades, que mantém estreita relação com o anterior.

O desejo, por esta condição, ou ao menos pela conquista de algo próximo a ele, adquire cada vez mais pertinência e sentido em face da complexidade do mundo atual e do turbilhão de informações e conhecimentos dispersos que ele comporta. Nesta perspectiva, a condição socioespacial hegemônica sugere uma vida que se precariza nos labirintos mutantes da velocidade e do mercado, submetendo as sociedades a modalidades existenciais marcadas pela instabilidade e incerteza constantes, sob as quais se instaura uma espécie de reino da vertigem. Na esteira dessa forma de vida e da modulação social que ela engendra não raro se ignora, se despreza ou, o que é mais grave, se destroem outros modos de vida, conduzindo as sociedades a uma situação de imprevidência em relação ao futuro, de valorização de posturas e ações pautadas pelo egoísmo, de certa insolvência de valores sociais, pelo culto à mudança constante e ao descartável, ao desprezo pelo que sugere duração e permanência.⁴

Diante desse quadro, a condição autopiética aludida ainda se revela intersticial, quase oculta ou obnubilada por esta forma de vida e pela racionalidade tirânica da qual é portadora, envolvendo uma concepção lógico-formal a organizar o espaço e a vida. Conquanto o evidente à vida permaneça quase invisível, irrompem no horizonte imediato ações e iniciativas voltadas à elaboração teórica e prática de uma via de humanização libertária e de consecução de situações indicativas de novas formas de apropriação do tempo e do espaço, sinalizando para uma possível condição espaço-temporal da proeminência do homem e do humano, da vida e da existência, da solidariedade e da liberdade.

⁴ Cf. acerca do assunto o excelente trabalho de Zygmunt Bauman, *Vida líquida*, 2007.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise contemporânea ou da nova (des)ordem internacional. In: ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6ª. Edição. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p.141-145.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BELLUZZO, Luiz G. O renascimento do *Homo economicus*. Carta Capital, São Paulo, ano III, n.74, p.67, maio 1998.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. 14ª. Edição. São Paulo: Cultrix, 1995.
- CORREA, Roberto L. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986.
- HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999. p.135-136.
- _____. *O pensamento econômico de Lênin*. São Paulo: Moraes Editores, 1969.
- MARTINS, José de S. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, Antônio C. R.; COSTA, Wanderley, Messias da. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. 2ª. edição. São Paulo: Hucitec, 1987.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Para além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. "A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro". In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SANTOS, Boaventura de S. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes. [et al.]. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p.33-75.
- _____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, São Paulo, 1986.
- SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- VESENTINI, José W. *O novo papel da escola e do ensino da geografia na época da terceira revolução industrial*. Terra livre (Geografia, política e cidadania), São Paulo, 11/12, p.209-224, 1996 (Associação dos Geógrafos Brasileiros).